

20ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA CÂMARA TÉCNICA INDÍGENA E POVOS E COMUNIDADES TRADICIONAIS CT-IPCT/CÍF

Participantes:

Aline Carla Alves de Moura Silva (SESAI/DSEI/MG-ES), Antônio Carlos (TI Comboios – Cacique Tupiniquim), Douglas da Silva Lemos (TI Tupiniquim - Associação Indígena Tupiniquim e Guarani – Presidente), Edna das Neves e Silva (SETADES/ES), Eduardo Romano Bustamante (Fundação Renova - Vice-Líder de Programa), Gabriel Vinícius Moura (Fundação Renova – Jurídico), Hugo Ricardo Lamas Diogo (Ministério Público Federal/Ramboll), Luiz Henrique Rodrigues (SECULT/ES), Mônica Silva de Jesus Pazinato (CRQ Degredo), Priscila Ribeiro da Cruz (FUNAI / Fundação Nacional do Índio), Rafael Fabrício Ferreira (SESAI/DSEI/MG-ES), Renaldo Lino da Silva (TI Krenak), Ricardo Burg (Fundação Renova), Suelen Taciane Brasil de Souza (Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento), Tiago Cantalice da Silva Trindade (FCP / Fundação Cultural Palmares), Valéria do Socorro Novaes de Carvalho (FUNAI / Fundação Nacional do Índio), Vivian Paes (MPF/FGV), Marília Amaral (FUNAI), Priscila Arruda (Fundação Renova – Programas), Maria Starling (E&Y), Rita Mendonça (Fundação Renova – Direitos Humanos), Pollyanna Azevedo (SEPPIR).

Dia dez de abril de 2019, no Hotel Mercure Brasília Líder, localizado no SNH Quadra 5 Bloco, Asa Norte, Brasília/DF aconteceu a 20ª reunião da Câmara Técnica Indígena e Povos e Comunidades Tradicionais (CT-IPCT/CÍF). A reunião foi iniciada pelos coordenadores interinos Tiago Cantalice, da Fundação Cultura Palmares, e Valéria Novaes, da FUNAI, que deram as boas-vindas e realizaram uma rodada de apresentações.

Principais apontamentos da reunião interna no dia anterior, nove de abril de 2019:

- A Câmara Técnica irá balizar e discutir a proposta da Fundação Renova sobre a revisão dos programas PG03 e PG04.
- O ofício será enviado pela CT contendo as diretrizes para o tratamento distinto que será reservado aos povos e comunidades tradicionais devido à sua especificidade.
- Plano de trabalho para a revisão do Programa PG04: manutenção do que já está previsto para dar celeridade ao processo.
- A revisão do escopo dos programas precisa ser feito em conjunto com cada comunidade. De modo preparatório, resgatar as versões anteriores do PG, bem como as NTs e deliberações, para dar sequência nessa análise, mas também levantando ações que já estão em andamento e refletindo sobre as especificidades metodológicas para cada grupo; Algumas informações devem vir das comunidades, para fazer o contraponto com a fala da Renova. Entes envolvidos da comunidade: famílias, comissões locais e assessorias técnicas.
- Solicitar à Renova o detalhamento das propostas e metodologia, bem como o cronograma desta revisão.
- Proposta de discussão da revisão do PG04 e metodologia do programa de indenização para Povos e Comunidades Tradicionais no município de Degredo. Datas: 24 e 25 de abril. Necessária presença do Ministério Público Federal via Ramboll, DPU, Fundação Palmares e Fundação Renova.
- A formação do Conselho Ancestral de Quilombolas irá ajudar a disseminar as informações para que as famílias possam informar suas demandas. Mas a articulação precisa partir da CT para depois ser repassado à comunidade de como será conduzido o processo.
- O Relatório Trimestral foi direcionado à Ramboll para uma análise mais criteriosa, de como é feito o rastreamento para conseguir as informações, e definir um modelo de planilha mais apropriada para facilitar a leitura. A Proposta é incluir o monitoramento dos programas com quadros de referência, as interfaces com outros programas e um banco de dados para a inserção das informações com a projeção em gráficos, a situação das famílias com relação ao que estará sendo monitorado. Macroatividades com as devidas referências às deliberações, notas técnicas, notificações, etc. às quais estão vinculadas. Modelo aprovado, será encaminhado à Renova para adequação.
- Controle Social dos atingidos: indicadores para se visualizar o que já está sendo tratado em termos de ressarcimento e ações para dar maior eficiência ao processo de monitoramento. Realizar um trabalho de articulação com a Comissão como fonte geradora de alguns dados para a construção dos indicadores.
- Inclusão das ações estruturantes pois são a base da construção dos programas. E uma metodologia que precisa ser diferenciada em cada território.

CÂMARA TÉCNICA INDÍGENA E POVOS E COMUNIDADES TRADICIONAIS CT-IPCT/CIF

- Realização de reuniões de monitoramento do cumprimento dos acordos emergenciais.
- FGV – Precisa sentir mais as demandas e conhecer o andamento da CT para poder propor algo. Estabelecer uma “régua” para o território extenso, mas sabe-se que há uma diferenciação de cada comunidade. No ciclo do desastre a redução do risco, a preparação, o desastre e a perspectiva de reparação integral. Emergencial não entra na conta da indenização.
- Questionamento durante a reunião com os Krenaks: a cada 3 anos será feito um novo diagnóstico para a valoração dos danos e a dúvida seria de qual estudo será utilizado para a indenização desta população?
- Os representantes indígenas ponderaram: quando a comunidade terá a real clareza de informações já que as consultorias, Renova e comissões precisam entrar em um consenso porque não falam a mesma língua; reuniões intermináveis que deixam a população mais perdida nas informações do que esclarecidas; a questão indenizatória ainda não quantificada precisa ser diferente para Indígenas e para Quilombolas que tem uma realidade e culturas diferentes. Vários diagnósticos e estudos são feitos, mas que não se conclui nada, há uma demora para validação dos mesmos para depois tudo ser arquivado. Precisa-se de clareza nestes estudos e alinhamento com as comunidades para trazer uma resposta mais simples e mais rápida, pois só elas podem fazer esse diagnóstico e, sem isso, os problemas se acumulam sem nenhuma solução. Acrescentaram que a proibição da pesca no território já nos configura automaticamente como atingidos, e isso não acontece porque a Renova solicita o estudo para dar essa certificação. O peixe está morto, e está mais do que claro que é devido à tragédia. A soberania do povo indígena está afetada e por isso, a indenização precisa avançar.
- Esclarecer melhor sobre os conceitos de reparação, compensatório, impacto ambiental, indenização, mitigação, com as comissões e assessorias para alinhar a informação no território.
- A hora agora é de se trabalhar de maneira mais organizada e conjunta e assim, criar atalhos para avançar no processo de indenização com o propósito pelo Ministério Público da reparação integral. Debruçar sobre os documentos que trazem conceitos diferentes sobre os valores das indenizações, TTAC e ações civis públicas. O TAC Gov busca centralizar o processo e levar aos territórios para que as comunidades sejam protagonistas, mas suspende a ação civil pública. O ministério precisa cobrar a ação civil pública dos 150 bilhões de reais, caso o TAC Gov não seja realmente cumprido.
- As próximas reuniões ordinárias precisam contar com os representantes do Ministério Público.
- Reunião extraordinária em Linhares nos dias 24 e 25 de abril para tratar o modelo de indenização e da revisão do PG04, a Ramboll enviará uma proposta de dinâmica de trabalho para esses dias.
- A Nota Técnica da Fundação Getúlio Vargas, com base em normativas internacionais e jurisprudência, sobre reparação específica para indígenas e comunidades tradicionais está prevista para entrega em setembro deste ano.
- A repercussão da mídia sobre o abastecimento de água em Degredo deu visibilidade à situação e o tema voltou para a pauta. A Renova conversou com o prefeito de Linhares e reafirmou a necessidade da argumentação baseada no nexo causal para o fornecimento dos 15 litros de água por dia e não foi aceito pelo mesmo.
- A Renova deve apresentar a linha cronológica dos laudos da qualidade da água antes e pós-desastre.
- Resgatar o parecer da consultoria Lactec, a pedido do MP, sobre o relatório técnico emitido pela Razão Consultoria intitulado “Estudos Ambientais Complementares no Território Quilombola da CRQ de Degredo, Linhares ES”.
- A representante Quilombola relatou o cancelamento das atividades da consultoria MDGEO no território, mas outra empresa, a HGT, ingressou para realizar o levantamento topográfico. Infelizmente a mesma também não seguiu o protocolo de realização de trabalhos território Quilombola. Lembrou que se faz necessária a reparação integral devido à insegurança gerada com a contaminação dos poços e pelo rejeito de minério: odor diferente do que o normal e mudança na coloração da água.
- Formatação do Programa PG03: promover a construção de uma agenda para discutir o programa junto com a Renova.
- A Comunidade de Areal pediu ajuda à FUNAI para oficializar o seu reconhecimento junto ao Governo Federal porque não está sendo tratada como uma comunidade indígena tradicional. A FUNAI respondeu que a demanda já foi registrada e está-se aguardando a resposta. Lembrou que a consultoria Polifônicas registrou formalmente no seu estudo do componente indígena esta comunidade (Botocudo, autoidentificação). A CT informou da necessidade de ir ao território para conhecer essa população. A mesma relatou que também quer ajuda para a questão da água que é a mesma sofrida em Degredo. Gostariam de ter uma assessoria técnica mas ainda estão se organizando e a ajuda da FUNAI facilitaria esse suporte técnico.
- Proposta de envolver a CT-PDCS (Câmara Técnica de Participação, Diálogo e Controle Social) para dar andamento neste assunto.
- Reunião com a Polifônicas e foi feito o cronograma de trabalho e não houve alterações pois a conversa foi técnica, participação nas coletas e organização para acompanhar esse processo como um todo.

CÂMARA TÉCNICA INDÍGENA E POVOS E COMUNIDADES TRADICIONAIS CT-IPCT/CIF

- O contrato do Ricardo, novo gerente, com a Fundação Renova: O Dr. Gabriel enviou um ofício ao Ministério Público de Minas Gerais questionando sobre o desvio de finalidade da Fundação com a contratação de uma profissional que já atuou na Funai em Brasília.
- **Encaminhamento:** a FUNAI é favorável ao estudo preliminar da Polifônicas, com alguns ajustes, em Caieiras Velhas para colaborar com o Plano Básico Ambiental (PBA) no âmbito de cada aldeia indígena e trabalhar na dinâmica do componente indenizatório.
- O representante da Aldeia de Comboios disse que a comunidade quer tratar de forma autônoma e não diretamente com a consultoria Polifônicas.

Reunião com a presença da Fundação Renova

Itens: A apresentação, entrega e esclarecimentos sobre o Orçamento dos Programas PG03 e PG04 e Relatório do Trimestre (dezembro de 2018, janeiro e fevereiro de 2019) pela Fundação Renova. A Renova não realizou a entrega dos documentos e nem a apresentação dos mesmos conforme esperado. Diante disto a CT iniciou a sua fala que os encaminhamentos feitos à Renova não estão sendo entregues conforme são solicitados. Acrescentou que no encaminhamento da última reunião o orçamento deveria ser apresentado pela equipe da área Financeira da Renova para melhor esclarecimento, o que não foi feito. Lembrou também que está sendo cobrada e pressionada pelas autoridades governamentais e os próprios atingidos. Essa discussão técnica mais aprofundada era esperada para essa reunião e mais uma vez houve um desapontamento de todos os membros que tinham a expectativa de ver algumas dúvidas serem sanadas. A Governança da Fundação Renova respondeu que um esforço seria gasto por um orçamento que ainda poderá ser alterado, já que o escopo do programa ainda será discutido e revisitado. Acrescentou que como consequência os ajustes serão necessários caso o novo escopo necessite de novas ações e projetos que exigirão novos aportes de recursos. A CT ressaltou que considera isso um desrespeito por parte do líder de programa da Renova que não tem se dedicado com afinco a todas as questões que envolvem os programas da câmara e as comunidades tradicionais. Questionou sobre a apresentação de um registro destes três últimos anos com histórico e detalhamento do que já foi gasto pelos programas. **Encaminhamento E20-1: A CT-IPCT registrará um Ofício com as críticas e análises do que deveria ser alterado ou ajustado no orçamento já entregue pela Fundação Renova. Esse encaminhamento não impede a continuidade de revisão dos programas. Prazo : 23/04.**

Encaminhamento E20-2: A Renova deverá realizar os ajustes solicitados por meio dos Ofícios. Prazo: 13/05. A CT informou que não será discutido dentro do Grupo de Assistência Técnica, o GAT, em função da ausência da apresentação do orçamento e fará uma manifestação junto ao Comitê Interfederativo, CIF, de abril. A representante Quilombola acrescentou que esses relatórios precisam ser melhorados e adequados às necessidades da comunidade por informações que gerem mais esclarecimentos do que questionamentos. **Encaminhamento E20-3: A Renova encaminhará o relatório do dia 18/04 com a devolutiva das coletas das amostras de água já agendadas. Item: Detalhamento proposta para discussões sobre Programas 03 e 04 junto às comunidades tradicionais.** A Fundação Renova propôs a realização de um primeiro encontro, informativo, com dois dias de duração para explanação do processo como um todo com o objetivo de trabalhar com cada comunidade de maneira mais colaborativa. A partir daí todo o processo de redefinição e revisão dos programas serão desenhados novamente e apresentados às comunidades para validação. Este processo poderá levar até três meses (90 dias) para ser finalizado com todos os cronogramas e planos de ação validados também pela Renova. **Encaminhamento E20-4: Definiu-se o dia 24 de abril para realizar a primeira reunião no território.** Itens da Pauta Indígena: atualização das informações sobre o pedido de inclusão de novas famílias Krenak, encaminhado pela FUNAI e das informações sobre pauta sistema de abastecimento Tupiniquim Guarani. A CT informou que o Ofício já foi enviado para inclusão das sete famílias da TI Krenak no processo de ressarcimento, solicitada na última reunião da câmara. A Renova ressaltou que está em contato direto com a mineradora Vale do Rio Doce, responsável pelos acordos com a comunidade Krenak, mas não conseguiu marcar ainda uma agenda para realizar uma reunião para a discussão do assunto. Lembrou novamente que a Fundação não pode realizar nenhuma ação sem a anuência da mineradora. A FUNAI solicitou que assim que essa agenda for marcadas que a mesma seja avisada a fim de levar também uma devolutiva aos indígenas. Foi solicitado à Renova que reforçasse junto a Vale a questão da necessidade da assinatura do termo de garantia, já enviado, que foi elaborado pela comunidade indígena onde, caso a Renova não concordasse em arcar com algum projeto ou ação a própria Vale se responsabilizaria. Acrescentou que a assinatura deste termo abriria uma possibilidade forte de diálogo. A Fundação Renova respondeu sobre o abastecimento de água será realizada em Governador Valadares uma reunião com o foco na discussão dos documentos entregues pela SESAI e a condução dos encaminhamentos dados na última reunião estão sendo dados conforme cronograma da última intercâmaras e que tragam a priorização feitas pelas aldeias.

CÂMARA TÉCNICA INDÍGENA E POVOS E COMUNIDADES TRADICIONAIS CT-IPCT/CIF

Encaminhamento E20-5: Envio pela Fundação Renova da manifestação em ata das duas reuniões realizadas em Caieiras Velhas e TI Comboios. Prazo: 18/04. **Encaminhamento E20-6:** Manifestação da Renova sobre relatório preliminar do estudo de Componente Indígena. Prazo 18/04.

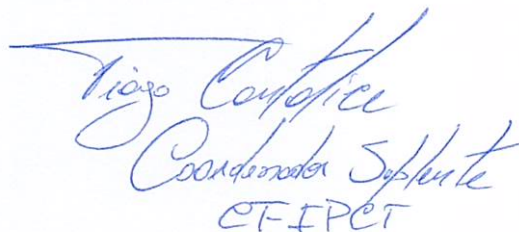
Item Pauta Faiscadores: Plano de Cheias para as comunidades de faiscadores e estratégia de integração ao plano anual de contingência para o período chuvoso esclarecimentos (equipe específica do tema); Atualização das atividades de Mapeamento e agendas com MPF e Cronograma de ações em desenvolvimento e previstas junto às comunidades de faiscadores; Proposta de cronograma de discussões vinculadas ao Programa de Indenização para as Comunidades Tradicionais de Faiscadores, a partir das demandas das comunidades já apresentadas à Gerência PCT da Renova (em reuniões nas comunidades e/ou na CT-IPCT). A Renova iniciou a fala com a informação que a Samarco tem um plano mais amplo de contingência para o período chuvoso mas, para a atuação da Renova, haverá necessidade de saber como se encontra a distribuição geográfica dos faiscadores ao longo da calha do Rio Doce para a fazer a relação completa das pessoas atingidas, do impacto dos danos causados pelos rejeitos ou pelos danos com relação as obras da Hidrelétrica Risoleta Neves. Ressaltou que precisa desenhar um plano que faça sentido para os faiscadores já que o plano da Samarco tem uma abrangência maior. A Assessoria Técnica Rosa Fortini que representa a comunidade dos faiscadores lembrou que, grande parte do rejeito ficou na região e passou a ser maior dentro do Lago de Candonga. A Renova propôs marcar uma reunião no território para se discutir o melhor cenário para o desenho do plano específico e que tenha representatividade junto aos faiscadores. O local seria no município de Santa Cruz do Escalvado no dia 30 de abril. A Renova irá articular com a comunidade e a assessoria. O representante do Ministério Público pela Ramboll ressaltou que precisa ser discutido um plano de cheias para todos os atingidos no território mesmos aqueles que ainda não foram relacionados como povos tradicionais. A FUNAI ressaltava novamente que a Câmara Técnica precisa informada das atividades e cronogramas nos territórios, e que poderá ser via e-mail mesmo. A Renova atualizou sobre as atividades de mapeamento que ficou definido um novo posicionamento onde o estudo de mapeamento não é condição para seguir com o programa e que poderia correr em paralelo. Acrescentou que há algumas dificuldades no estudo a serem vencidas mas que tem-se condições de alinhar um caminho positivo para ambas as partes. Lembrou da necessidade de ter a memória do que foi discutido junto ao Ministério Público, e concordou com as colocações do prof. Aderval do processo de lista ser separado ao mapeamento.

Encaminhamento E20-7: Inclusão dos faiscadores no processo da revisão do PG04 pela Renova. **Item pauta Quilombola.** A Renova informou que o tema relacionado aos poços e abastecimento de água em Degredo já começou a ser discutida internamente porque a resposta anterior era que havia a falta de causalidade e responsabilidade ou conexão pelo rompimento. Ressaltou que há uma série de evidências que comprovam que a contaminação dos poços por agrotóxicos é um problema antigo e de saúde pública. Informou que o abastecimento dos quinze litros de água poderá ser feito a partir de algumas condicionantes, pois se relaciona o dano e as medidas através da causa da perda da qualidade de água de Degredo. Os estudos estão sendo realizados para se conseguir essas evidências, mas ainda não foram concluídos, e acrescentou que há um aceno da própria Fundação Renova de atender a essa solicitação condicionando a causalidade destes estudos ao rompimento, ou seja, qual seria o fator que leva a água estar da maneira que se encontra atualmente. A Defensoria Pública da União se manifestou de forma contrária ao posicionamento da Renova ressaltando que é um dever jurídico já que se rompeu a confiança da população em relação a um bem público que é o acesso à água. A representante Quilombola lembrou que se faz necessária a reparação integral devido à insegurança gerada com a contaminação dos poços e pelo rejeito de minério: odor diferente do que o normal e mudança na coloração da água. Relatou também sobre o cancelamento das atividades da consultoria MDGEO no território que logo foi substituída por outra empresa, a HGT, para realizar o levantamento topográfico. Infelizmente a mesma também não seguiu o protocolo de realização de trabalhos território Quilombola. Informou sobre uma fábrica de biscoitos local que teve suas atividades paralisadas porque a Vigilância Sanitária identificou a contaminação do lençol freático com arsênio e metais pesados. Solicitou que constasse em ata que é de responsabilidade da Renova pagar pelos estudos sobre a contaminação da água já que há a desconfiança que foi devido ao rompimento da barragem. Relatou que é uma situação de calamidade no território, já que foi falado pela CT-Saúde que não existe segurança hídrica em Degredo. É necessário que se escute a população local para pautar no conhecimento popular. O representante da TI Comboios ressaltou que a Câmara Técnica deixou de ser uma câmara para resolver os problemas e virou uma assembléia. Relatou que nunca foi falado de qualquer tipo de problema por contaminação de metais pesados antes do desastre e que a Renova não traz uma proposta ou encaminhamento de uma solução. Há uma necessidade de se resolver diretamente com a população no território e ouvir todos os depoimentos. A coordenação da CT ressaltou que o dano tem muitas faces. Lembrou que o CIF deliberou a favor da reprovação feita pela Intercâmaras do relatório da consultoria Razão e os outros relatórios que existem nunca forma mostrados ou apresentados à essa CT. Acrescentou que, se não for comprovado nexo de causalidade entraria ao fundo do compensatório, essa é a argumentação e não por via liberalidade ou ação humanitária, e que não se pode dizer sobre o nexo de causalidade nem de forma positiva nem negativa, pois são muitas as campanhas que precisarão ocorrer para se ter o laudo final sobre a qualidade da água. O jurídico da Renova respondeu que foi apresentado um ofício para o

CÂMARA TÉCNICA INDÍGENA E POVOS E COMUNIDADES TRADICIONAIS CT-IPCT/CIF

secretário do meio ambiente do estado do Espírito Santo com cópia para o CIF como resposta à Deliberação nº 202/2018, que aumentou para quinze litros, com a proposta de fazer o fornecimento até a finalização dos estudos. **Ofício nº OFI NII042019.5921. Renova encaminhará o ofício à CT.** A representante do IEMA informou que enviou um ofício à Renova solicitando o estudo hidrogeológico (água subterrânea) e o retorno dos resultados, entregas e prioridades para acompanhamento do processo, o que ficou acordado de ser enviado na próxima semana. Foi criado um grupo de trabalho (GT Baixo Doce) para atender à Deliberação nº165 (impactos ambientais da região, não somente o rejeito) e já foram realizadas três reuniões com a Renova e CT Rejeitos, com horizonte de dois anos de estudos com coletas trimestrais, período chuvoso e seco. Propôs marcar para repassar as informações em Degredo assim que tiver um retorno. A Renova propôs uma discussão com a CT Saúde sobre a água em Degredo, onde aportar o tema desta análise técnica para subsidiar um acordo com a participação de todos os técnicos de outras câmaras para se buscar o encaminhamento o mais rápido possível. Informou também que o ofício será submetido ao CIF para deliberação. **Encaminhamento E20-8: A representante do IEMA enviará, até dia 18/04, a minuta da NT Conjunta (IPCT, Saúde e Segurança Hídrica), formalizando a data de entrega do projeto básico com as medidas estruturantes pela Renova.** A CT ressaltou, a título de resgate da memória, que esse tema já esteve em duas reuniões Intercâmaras, na primeira como ação emergencial e depois como ação estruturante, presentes várias áreas da Renova que tem conhecimento onde está o nível da discussão. **Item Indenização:** realização de uma primeira reunião no dia 25 de abril. A Renova fará as explanações sobre o tema de Indenização. Apresentação da metodologia que se tem atualmente da Renova para o PIM para, a partir disso, abrir espaço para a discussão do modelo para a construção da política em Degredo com a presença também da DPU. Acrescentou que será feita uma escuta e finalizará com o desenho do cronograma inicial de trabalho, e atividades práticas. Lembrou que a Comissão deverá fazer o convite direto para as instituições. Serão estabelecidas os marcos de entrega e a dinâmica do processo para nortear a reunião. A CT solicitou os estudos que estão sendo utilizados por base, (ponto de pauta, linha do tempo sobre a água de Degredo) a equipe responsável, detalhamento metodológico. Solicitou também a apresentação do estudo mencionado pela Renova da MDGEO, chamado **Modelagem Hidrodinâmica**, que é a avaliação hidrogeológica da região com o objetivo de entender se houve contato da água do Rio Doce com o aquífero local, ou seja, com a água subterrânea de Degredo. E o outro estudo seria o de **Análise de risco a saúde humana**, levando em consideração a geologia do solo, geoquímica solo e rejeitos e hábitos da comunidade. Prazo Março de 2020. A Renova propôs o **Encaminhamento E20-9: apresentar os ajustes de planejamento da área que foram revisados e começar constituir uma base técnica mais robusta.** Proposta de trazer na próxima reunião da CT para avaliação e debate. Próxima reunião: 14 e 15, em Brasília.

REUNIÃO ENCERRADA.


Tiago Cordeiro
Coordenador Sphute
CT-IPCT

